

Procuradoria-Geral do Município
de Virmond/PR

CONCLUSÃO

Ante o exposto, após a adoção das providências saneadoras recomendadas na fundamentação, entende-se que o presente expediente estará APTO a ser levado à análise do ordenador de despesas competente para, se assim julgar conveniente e oportuno, competente autorização para instauração do procedimento licitatório, na modalidade pregão, tipo "menor preço por item", pelo sistema de registro de preços.

Recomenda-se a oportuna elaboração de certidão atestando que o aviso de licitações foi tempestivamente afixado no mural de avisos do Paço Municipal e enviado para a Câmara Municipal de Vereadores, bem como, ter sido mantido contato com os potenciais interessados cadastrados junto ao cadastro de fornecedores do município (cf. arts. 2º e 3º, ambos da lei municipal nº 010/2009).

É o que me parece, salvo melhor juízo.

Virmond, 27 de fevereiro de 2019.


NEIMAR PEDRO KAIBERS
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
OAB/PR Nº 60.092



certificando, se necessário, as medidas adotadas e opondo no documento (termo/certidão) a sua fé pública ou por justificativa circunstanciada da impossibilidade de obtenção das cotações por um dos mecanismos anteriormente citados, de modo que, a fim de dar-se plena consonância ao entendimento do egrégio TCU – Tribunal de Contas da União, para que o certame possa prosseguir regularmente, recomenda-se:

- A retificação da pesquisa de preços realizada, a fim de que se adeque perfeitamente ao preceituado;
- Promover-se a retificação do item 17.9. da minuta do edital (p. 166), a fim de que passe a constar da seguinte forma:

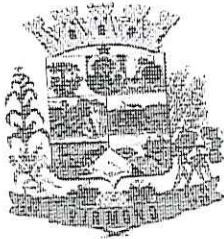
“17.9. Estão impedidos de participar deste certame licitatório, por determinação do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93, servidores municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, “caput” e parágrafo 1º, da Lei nº. 8.666/93, bem como as pessoas físicas, os empresários individuais ou as pessoas jurídicas empresárias das quais seus titulares, sócios, gerentes e diretores tenham como cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau (inclusive), a pregoeira, membros da equipe de apoio do Município de Virmond e demais agentes públicos envolvidos no presente procedimento licitatório, especialmente o Prefeito Municipal, a autoridade requisitante da contratação e o parecerista jurídico”.

Ato seguinte, a disputa poderá licitamente avançar, considerando-se os apontamentos abaixo.

A convocação dos interessados deverá ser efetuada por meio de publicação de aviso no diário oficial do município (art. 4º, I, Lei Federal nº 10.520/2002), em jornal de grande circulação no Estado (cf. art. 8º, II, Decreto Municipal nº 073/2009 – Virmond/PR), Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no Mural de Avisos do Legislativo e do Executivo, conforme Lei Municipal n.º 010/2009 – Virmond/PR.

O prazo mínimo a ser observado para apresentação das propostas, em sessão pública, é de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da última publicação do aviso.

Analisando as minutas propostas para edital e contrato, com seus anexos, adotadas as providências acima recomendadas, entende-se que se encontrarão em conformidade com as determinações das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como com as disposições da Lei nº 010/2009 do Município de Virmond/PR e Decreto Municipal nº 073/2009 – Virmond/PR, inexistindo óbice jurídico à sua aprovação.



Procuradoria-Geral do Município
de Virmond/PR

ANÁLISE JURÍDICA

O valor máximo total estimado para o exercício financeiro de 2019 é de R\$ 1.468.226,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e seis reais).

Segundo o informado pela Divisão de Contabilidade, as despesas previstas para a presente licitação possuem adequação ao PPA – plano plurianual vigente e suficiente dotação orçamentária, cujas *contas da despesa e funcionais programáticas* arrolou nos autos.

O pregão é a modalidade de licitação instituída pela Lei 10.520/2002 e regulamentada pelo decreto Municipal n.º 73/2009, para a aquisição de *bens e serviços comuns*, independente de valor, podendo ser realizado na forma presencial, como é o caso, ou eletrônica. Essa é preferencial, enquanto aquela se revela viável na impossibilidade técnica de adoção do meio eletrônico.

Tenho por amoldar-se o objeto da pretendida contratação ao conceito de *bens comuns*, devido à padronização industrial que possuem.

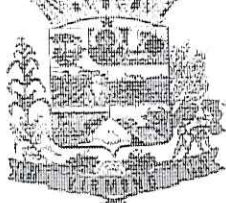
Permite o SRP - sistema de registro de preços (art. 15, §§ 1º a 6º, da LL) a fixação de fornecedor e preços por período de até 12 (doze) meses, para eventual aquisição de bens comuns, mediante contratação oportuna, sem que, no entanto, fique a administração pública obrigada a contratar e desvinculada de quantitativos mínimos, sendo vantajoso ao interesse público.

Revela-se adequado, portanto, o procedimento proposto.

Consistiu a justificativa de preços – destinada à fixação dos preços máximos a que a administração se propõe a pagar – na juntada de 03 (três) orçamentos de distintos fornecedores do ramo.

No entanto, ainda há itens não abrangidos (v.g. lotes “004 pilhas” e “005 panos e toalhas”) por *três cotações válidas*, por consulta em *sistema de registro de preços com status oficial*, *pesquisa de outras contratações públicas similares, junto a outros órgãos*, por *diligência de agente público no sentido de realizar pesquisas de preços também, por exemplo, mediante o deslocamento até os referidos estabelecimentos comerciais para pesquisar “em prateleira” os preços dos produtos ou mesmo cotá-los via telefone, internet, etc.*,

CÓPIA



Parecer nº 014/2019

Interessados: Município de Virmond e
secretarias municipais.

Origem: Pregoeira.

CONTRATAÇÃO. AQUISIÇÃO. GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE, LIMPEZA, ESCOLARES E UTENSÍLIOS. LICITAÇÃO. PREGÃO. FORMA PRESENCIAL. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. RETIFICAÇÃO PRÉVIA. VIABILIDADE. 1. Para a contratação da aquisição de gêneros alimentícios, materiais de expediente, higiene, limpeza, escolares e utensílios, pertinente a realização de licitação na modalidade pregão, tipo "menor preço por item", pelo sistema de registro de preços, em função do objeto da pretendida contratação, eis que se trata de *bens comuns* – padronização industrial -, sendo presencial na impossibilidade técnica de efetivar-se eletronicamente. 2. À vista dos documentos encartados, observadas as recomendações no sentido da retificação prévia da justificativa de preços e da minuta do edital, no ponto indicado, viável a abertura da fase externa do procedimento licitatório.

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no extensivo interesse das demais, para a aquisição de gêneros alimentícios, materiais de expediente, higiene, limpeza, escolares e utensílios, visando dar condições de prestar os serviços públicos incumbidos ao Município de Virmond, com previsão do quantitativo necessário estimado para o exercício financeiro em curso.

O procedimento interno licitatório fora promovido, vindo os autos com solicitação de parecer jurídico, de modo a viabilizar a continuidade do procedimento, abrindo-se a fase externa.

É o relato do essencial. Passo à análise jurídica.

Recbi
27/02/2019
[Signature]